



Fábio Raunheitti depõe à CPI: ninguém pediu as subvenções, que chegaram a US\$ 15 milhões em 4 anos.

US\$ 15 milhões ficam sem explicações de Raunheitti

Apenas os "bons serviços" de suas entidades à sociedade foram suficientes, segundo o deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ), para que elas merecessem 14,9



milhões de dólares em subvenções sociais durante quatro anos. Embora indicado pelo deputado João Alves (PPR-BA) sub-relator setorial para o Ministério da Ação Social na Comissão de Orçamento, entre 1989 e 1990, ele garantiu não ter feito um pedido sequer a parlamentares ou ao padrinho, que é o principal acusado pelo esquema de corrupção. O plenário da CPI do Orçamento, que o ouviu ontem por quase seis horas, ficou ainda mais incrédulo quando ele esquivou-se de dar explicações mais consistentes afirmando que estava afastado da direção das entidades educacionais e hospitalares de sua família enquanto entrava tanto dinheiro.

Raunheitti controla 11 entidades em Nova Iguaçu (RJ), todas consideradas beneficentes e sem fins lucrativos. A principal delas, a Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu (Sesni), recebeu entre 1991 e 1992, como subvenção social, 1,6 milhão de dólares, embora seja uma faculdade considerada cara, com mensalidades

que variam de CR\$ 23 mil a CR\$ 60 mil. Outra das entidades, o Hospital-Escola São José, recebeu 3,1 milhões de dólares no mesmo período.

Raunheitti teve maiores dificuldades quando foi questionado pela deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ). Munida de documentos, a deputada provou que as entidades vinculadas a Raunheitti falsificavam os balanços publicados no *Diário Oficial da União*, diminuindo o lucro, para que continuem sendo consideradas filantrópicas, sem o que não podem receber subvenção social com verbas do Orçamento.

De acordo com a deputada, uma auditoria fiscal feita pelo INSS comprovou que o livro-caixa da entidade mantenedora, a Sesni, apontava investimentos em 1991 no valor de CR\$ 1.232 bilhões. No entanto, no balanço publicado no *Diário Oficial* esse valor caiu para CR\$ 648 milhões. "Esta é uma prova documental de que é falso o certificado de filantropia que permite a essas entidades não pagar Imposto de Renda nem recolher contribuição para a Previdência Social, mas que permite que obtenham subvenções do Orçamento".

As subvenções sociais recebidas pelas entidades controladas pelo deputado Fábio Raunheitti também foram desviadas para aplicações no mercado financeiro, constatou a auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Receita Federal a pedido da CPI do Orçamento. As entidades não prestaram contas dos rendimentos fi-

nanceiros obtidos com essas aplicações irregulares, verificaram os auditores. Se os cerca de 15 milhões de dólares recebidos pelas entidades de 1989 a 1992 tiverem sido integralmente aplicados no mercado financeiro, o lucro obtido por Raunheitti graças às subvenções sociais pode ter chegado a 4,7 milhões de dólares, segundo um cálculo preliminar feito pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Em seu depoimento à CPI, deputado fluminense fugiu das perguntas sobre a destinação dos recursos obtidos com a aplicação das subvenções. Raunheitti alegou não ter conhecimento do assunto, por estar desligado formalmente das suas entidades. "Essa desculpa de desconhecimento foi a mesma estratégia usada pelo suplente de deputado Feres Nader, sem convencer ninguém", constatou o relator Roberto Magalhães (PFL-PE).

O desvio das subvenções para aplicações no mercado financeiro foi, no entanto, apenas uma das irregularidades constatadas pela auditoria em visita a cinco das 11 entidades controladas por Raunheitti e seus familiares. A auditoria apontou também a liberação de subvenções sociais pelos ministérios, antes da aprovação das prestações de contas anteriores das entidades; a inexistência de planos de aplicação dos recursos recebidos; a ausência de documentos comprovantes dos gastos; e a utilização das subvenções para investimentos em obras permanentes e aumento do patrimônio das entidades.